



Projecto de tese para obtenção do grau de mestre em ciências da educação

Variante Administração Escolar

***Contributo para a identificação e caracterização dos ambientes
não formais de aprendizagem no Concelho do Alandroal
Período de 1997-2007***

Orientando: Tomé Joaquim Falé Laranjinho

Orientador: Professor Doutor José Carlos Bravo Nico

Évora 2007

Resumo:

Palavras-chave: Educação não-formal, educação informal, território, instituição

De acordo com indicadores disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística, os níveis de habilitações académicas dos portugueses são extremamente reduzidos: o nível de analfabetismo é de 9% a nível nacional (17,1% na região Alentejo); aproximadamente 67% dos portugueses não concluiu a escolaridade básica obrigatória; as taxas de abandono escolar precoce são preocupantes; a atitude generalizada da população face à aprendizagem é pouco favorável.

Num momento em que Portugal se encontra envolvido no processo de desenho e início de implementação do IV Quadro Comunitário de Apoio (designado QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional), através do qual importantes investimentos – apoiados pelos fundos estruturais da União Europeia – irão ocorrer na dimensão prioritária da educação e qualificação das pessoas, através de acções de Educação e Formação, é importante reflectir sobre a realidade existente no território, a qual também já reflectirá, eventualmente, os impactos do esforço de investimento realizado no passado recente.

O presente projecto assume, como finalidade contribuir para a determinação do perfil de aprendizagens de uma determinada população, partindo da identificação e caracterização do conjunto de aprendizagens não formais existentes num determinado território (município), nos últimos dez anos, tendo como contexto territorial de investigação, o município do Alandroal.

Introdução:

O Concelho de Alandroal faz fronteira com os Concelhos de Vila Viçosa, Elvas, Redondo, Reguengos de Monsaraz e Mourão. Detém uma área de 544,1 km² e uma densidade populacional de 12,10 habitantes por km².

Com uma população residente de 6585 indivíduos (2001), o Concelho assistiu a um decréscimo populacional, entre 1991 e 2001, em cerca de 10.4%, sendo mais incidente sexo masculino (-11.2%).

A sua população residente caracteriza-se por ser, significativamente, envelhecida, na medida em que apresenta uma elevada percentagem de idosos (27.95%) e uma reduzida percentagem de jovens (12.37%). Se analisarmos o Rácio de Dependência Total (67.52%) verificamos que existe uma elevada proporção da população que se encontra dependente da população activa, uma vez que por cada 100 indivíduos potencialmente activos existem cerca de 68 potencialmente inactivos (jovens e idosos). Desta forma, o Concelho de Alandroal é o segundo Concelho, do total dos Concelhos do Distrito de Évora analisados, com um elevado índice de envelhecimento populacional (226,05%).

Quanto à população activa, esta caracteriza-se pelas baixas qualificações, na medida em que, cerca de metade dos efectivos em idade activa tem apenas o 1º ciclo do Ensino Básico. Os restantes níveis de ensino têm pouca expressão, sobretudo o Ensino Superior o qual representa apenas 5.83% da população activa.

O Alandroal possui a segunda taxa de analfabetismo mais significativa de todo o Alentejo Central: 21%. A média desta NUT 3 ronda os 15% (um número já de si muito diferente dos 9% verificados a nível nacional).

No pólo inverso, é também o segundo Concelho com menor percentagem e população com formação superior, 3,5% da população.

As actividades mais relevantes para a economia do Concelho são a agricultura e a indústria, destacando-se nesta última a extracção e transformação de mármore e a construção civil. O sector dos serviços também revela uma elevada importância enquanto gerador de postos de trabalho, sobretudo nas freguesias com algum cariz urbano.

Objectivos:

- Identificar todos os ambientes não-formais de aprendizagem disponibilizados pelas instituições do Concelho do Alandroal, entre 1997-2007.
- Caracterizar a rede concelhia de aprendizagem avaliando a respectiva articulação com a rede formal escolar.
- Elaborar um quadro comparativo entre a carta educativa do Concelho e as aprendizagens em contexto não formal.

4. Revisão da literatura

“De uma forma consciente ou não, o homem sempre se instruiu, educou, formou ao longo da sua vida e de uma forma permanente, quer pela influência do meio, quer pelos efeitos das suas experiências, das concepções da vida e conteúdos do saber e que vão modelando os seus comportamentos (...)” Faure (1972)

A aprendizagem ao longo da vida não resulta apenas da frequência de ofertas, formais ou não, de educação e formação. O paradigma da aprendizagem ao longo da vida valoriza todos os modos de aprender, acentuando que se aprende, e se pode aprender, fora de um contexto de oferta formativa.

Portugal acumulou grandes atrasos no domínio educativo, sendo ainda hoje o país europeu com os mais baixos níveis de instrução da população adulta, numa sociedade tão debilmente escolarizada como a nossa, importa que a recondução das aprendizagens informais ao sistema de certificação escolar não tenha um carácter difuso e ocasional. No momento em que, nos países mais desenvolvidos, se generalizam e consolidam mecanismos de reconhecimento e certificação de competências obtidas fora da escola que não têm uma mera função paliativa, antes integram e valorizam aquelas dimensões de crescimento pessoal e profissional que nenhuma certificação académica pode representar, consideramos necessário prosseguir o trabalho de desenvolvimento e consolidação de dispositivos similares, nomeadamente na óptica da requalificação de adultos.

Os Estados-membros, a Comissão Europeia e o Conselho da União Europeia têm vindo a sublinhar a importância de valorizar e reconhecer os resultados das aprendizagens. Muitos Estados-membros da União Europeia já estabeleceram, ou estão

a desenvolver, sistemas de reconhecimento e validação de resultados de aprendizagens, e o Conselho da União Europeia já definiu, em 2004, princípios comuns europeus de identificação e de validação da aprendizagem não-formal e informal.

Para que tal se possa efectuar será necessário não só elaborar guiões para o reconhecimento e validação das aprendizagens, mas também identificá-las no terreno em que se manifestam.

Inicialmente há que distinguir entre educação/aprendizagem, formal, informal e não formal. Assim sendo, apresentamos a classificação proposta por Luís Castanheira Pinto, (2005).

Educação formal – Associa-se-lhe aquilo que comumente conhecemos como as escolas e as universidades, enquanto instituições de ensino “tradicionais”, chamemos-lhe assim, centradas nas figuras do professor e do aluno. Ao sistema educativo formal estão normalmente associadas várias etapas de desenvolvimento (anos académicos), devidamente graduadas e avaliadas quantitativamente; estes anos académicos organizam-se por disciplinas e a cada uma delas estão associados programas curriculares gerais aprovados e reconhecidos pelos órgãos competentes. Até um determinado nível, a educação formal (o ensino) é obrigatória.

Educação informal - ao invés, pode definir-se como tudo o que aprendemos mais ou menos espontaneamente a partir do meio em que vivemos: das pessoas com quem nos relacionamos informalmente, dos livros que lemos ou da televisão que vemos, da multiplicidade de experiências que vivemos quotidianamente com mais ou menos intencionalidade em relação ao seu potencial de aprendizagem. A educação informal não é necessariamente organizada ou sequer orientada. De alguma maneira, a educação informal confunde-se com o processo de socialização dos indivíduos.

Educação não-formal - Enquanto a educação formal tem lugar nas escolas, colégios e instituições de ensino superior, tem currículos e regras de certificação claramente definidos, a educação não-formal é acima de tudo um processo de aprendizagem social, centrado no formando/educando, através de actividades que têm lugar fora do sistema de ensino formal e sendo complementar deste.

Entre muitas abordagens ao conceito de *educação não-formal*, esta é aquela partilhada pelo Conselho da Europa, que há cerca de trinta anos trabalha activamente para a promoção e reconhecimento alargados da educação não-formal através de programas educativos, seminários, investigação e políticas.

Podemos seguir mais adiante nesta abordagem, e inspirados num conjunto de documentação variada do Conselho da Europa, dizendo que a educação não-formal se baseia na motivação intrínseca do formando e é voluntária e não-hierárquica por natureza. Enquanto um sistema de aprendizagem, vem sendo prática comum sobretudo no âmbito do trabalho comunitário, social ou juvenil, serviço voluntário, actividade de organizações não-governamentais ao nível local, nacional e internacional, abrangendo uma larga variedade de espaços de aprendizagem: das associações às empresas e às instituições públicas, do sector juvenil ao meio profissional, ao voluntariado e às actividades recreativas.

A educação não-formal tem pois formatos altamente diferenciados em termos de tempo e localização, número e tipo de participantes (formandos), equipas de formação, dimensões de aprendizagem e aplicação dos seus resultados. É importante sublinhar, no entanto, que o facto de não ter um currículo único não significa que não seja um processo de aprendizagem estruturado, baseado na identificação de objectivos educativos, com formatos de avaliação efectivos e actividades preparadas e

implementadas por educadores altamente qualificados. É, aliás, neste sentido que a educação não-formal se distingue mais fortemente da *educação informal*.

Em educação não-formal, os resultados da aprendizagem individual não são julgados. Isso não significa, no entanto, que não haja avaliação. Ela é, regra geral, inerente ao próprio processo de desenvolvimento e integrada no programa de actividades. Assume vários formatos e é participada por todos: formadores e formandos no sentido de aferir progresso ou reconhecer necessidades suplementares. Do ponto de vista externo ao processo pedagógico propriamente dito, a eficácia dos mecanismos de aprendizagem em educação não-formal pode ser apreciada e avaliada pela investigação social e educacional com o mesmo grau de credibilidade que a *educação formal*.

O conceito de educação não-formal envolve, como uma parte integrante do desenvolvimento de saberes e competências, um vasto conjunto valores sociais e éticos tais como os direitos humanos, a tolerância, a promoção da paz, a solidariedade e a justiça social, o diálogo inter-geracional, a igualdade de oportunidades, a cidadania democrática e a aprendizagem intercultural, entre outros. Para além disto (e em função disto mesmo), a educação não-formal coloca a tónica no desenvolvimento de métodos de aprendizagem participativos, baseados na experiência, na autonomia e na responsabilidade de cada formando. É habitual dizer-se que, em educação não-formal, *a forma é conteúdo*.

Em jeito de conclusão, a Educação não-formal pode assumir três dimensões em relação à Educação formal, isto é, ela pode alocar uma perspectiva de complemento, suplemento ou alternativa à Educação escolar.

5. Metodologia

A metodologia a concretizar recorrerá a uma plataforma procedimental e instrumental onde concorrerão as abordagens quantitativas e qualitativas, de acordo com os objectivos da investigação e assentará no estabelecimento de parcerias de trabalho com instituições locais que possam assegurar um adequado conhecimento do território e respectivas comunidades e um fácil acesso aos indivíduos neles residentes.

Para recolha de dados será utilizado um questionário institucional, que tem vindo a ser desenvolvido, no âmbito da linha de investigação, Educação e Território (Nico, 2005; Pires, 2007).

A amostra a utilizar será constituída por todas instituições/associações existentes entre 1997-2007 no Concelho de Alandroal e com registo de pessoa colectiva.

De referir ainda que este projecto se enquadra num outro mais abrangente, promovido pelo CIEP (Centro de Investigação em Educação e Psicologia) da Universidade de Évora e financiado pela FCT (Fundação para Ciência e Tecnologia).

6. Cronograma

2008	SET								
	AGS								
	JUL								
	JUN								
	MAI								
	ABR								
	MAR								
	FEV								
	JAN								
	DEZ								
2007	NOV								
	OUT								
Ano	Mês	Inventariação das Entidades	Elaboração do Inquérito	Aplicação do Inquérito na Freguesia Teste	Análise dos Resultados da Freguesia Teste	Aplicação do questionário nas restantes freguesias	Análise dos resultados	Elaboração da cartografia	Elaboração da tese
TAREFAS									

7. Bibliografia

Alonso, L. et al (2001). *Referencial de Competências-Chave – Educação e Formação de Adultos*. Lisboa: ANEFA.

Berbaum, J. (1992). *Desenvolver a capacidade de aprendizagem*. Lisboa: ESE João de Deus.

Bernet, Jaume (1993). *Otras educaciones*. Barcelona: Editorial Anthropos.

Canário, Maria B. B. (1995). *Partenariado local e mudança educativa*. Inovação, vol.8, nºs1 e 2, pp. 151-166.

Canário, Rui (1999). *Educação de Adultos. Um Campo e uma Problemática*. Lisboa: Educa.

Canário, Rui (2000). *Formação Profissional: Problemas e Perspectivas*. Fórum, nº 27, 127-139.

Canário, Rui & Cabrito, Belmiro (Orgs.) (2005). *Educação e Formação de Adultos. Mutações e Convergências*. Lisboa: Educa.

Cavaco, Carmen (2002). *Aprender Fora da Escola – Percursos de Formação Experiencial*, Lisboa, Educa.

Comissão Europeia (1996). *Ensinar e Aprender - Rumo à Sociedade Cognitiva* [Livro Branco]. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

Comissão Europeia (2000). *Memorando sobre Aprendizagem ao Longo da Vida*, SEC(2000) 1832, Bruxelas.

Conselho Nacional de Educação (1996). *Educação, Economia e Sociedade* [Actas de Seminário]. Lisboa.

Coombs, Philip H. (1989). *Educación no formal: estudios comparativos*. In: Torsten Husen & Neville Postlethwaite (dir.), *Enciclopedia Internacional de la Educación*, Barcelona: Ministerio de Educación y Ciencia/ Editorial Vicens-Vives, Vol 3, pp. 1850-1852.

Cubrero, L. N. (eds.) (1993). *Metodologías de Investigación en la Educación No Formal. Aportaciones Teóricas*. Sevilla: PreuSpinola.

Fernandes, João V. (1997). *Da alfabetização/educação de adultos à educação popular/comunitária - relevância do contributo de Paulo Freire*. In: M. Apple & A. Nóvoa (orgs.), *Paulo Freire - Política e Pedagogia*. Porto: Porto Editora.

Faure, Edgar (1972). *Apprendre à être*. Paris: Fayard-Unesco.

Freire, P. (1975). *Pedagogia do Oprimido*. Porto: Afrontamento.

Freire, P. (1979). *Educação e Mudança*. Rio de Janeiro: Paz & Terra.

Lima, Licínio C. (1982). *As associações como instâncias educativas promotoras de desenvolvimento*. Gil Vicente, Revista de Cultura e Actualidades, vol. III, nº2.

Lima, Licínio C. (1996). *Do estado da educação de adultos em Portugal*. In: MVV; *Educação de Adultos em Portugal. Situação e Perspectivas*. Coimbra: Universidade de Coimbra/FPCE, pp. 61-71.

Lima, Licínio C. (1999). *Organização Escolar e Democracia Radical. Paulo Freire e a Governação Democrática da Escola Pública*. São Paulo: Cortez/ Instituto Paulo Freire.

Lima, Licínio C. (Org.) (2006). *Educação Não-Escolar de Adultos. Iniciativas de Educação e Formação em Contexto Associativo*. Braga: Universidade do Minho, Unidade de Educação de Adultos.

Melo, Alberto (1996). *Que educação de adultos para uma sociedade em mutação?* In: AAW, *Educação de Adultos em Portugal. Situação e Perspectivas*. Coimbra: Universidade de Coimbra/FPCE, pp. 19-26.

Melo, Alberto (2000). *Políticas e estratégias culturais para o desenvolvimento local*. In: Licínio C. Lima (Org.), *Educação de Adultos. Fórum 1/*. Braga: Universidade do Minho Unidade de Educação de Adultos, pp. 17-28.

Melo, Alberto, LIMA, Licínio C., ALMEIDA, Mariana (2002). *Novas Políticas de Educação e Formação de Adultos. O Contexto Internacional e a Situação Portuguesa.* Lisboa: Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos.

Nico, José, Costa, Eduardo & Nico, Lurdes (Orgs.) (2004). *Aprender no Alentejo – I Encontro Regional de Educação.* Évora: Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora

Nico, José, Costa, Eduardo, Mendes, Paulo & Nico, Lurdes (Orgs.) (2004). *Aprender no Alentejo – II - Encontro Regional de Educação.* Évora: Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora

Palhares, José Augusto (2006). *Um olhar retrospectivo sobre a Educação Não-Formal: a institucionalização, as dinâmicas e as reconfigurações actuais de um subcampo educativo.* In: *Actas do XIV Colóquio AFIRSE. Para um Balanço da Investigação em Educação de 1960 a 2005 - Teorias e Práticas.* Lisboa: FPCEj AFIRSE, em publicação.

Pinto, Luís Castanheira (2005). *Sobre educação não formal.* Cadernos “d’ in duçar”. Maio de 2005

Quintana, J. M. (1991). *La educación más aliá de la escuela.* In: J. M. Quintana Cabanas et al., *Iniciativas Sociales en Educación Informal.* Madrid: RIALP, pp. 15-61.

Roths, Luís (1996). *A escola, o trabalho e as comunidades no debate da política de educação de adultos em Portugal.* In *Actas da 1ª Conferência Internacional de Sociologia da Educação em Portugal.* Faro: Universidade do Algarve/ESE, pp. 262-273.

Roths, Luís (1998). *Os projectos de desenvolvimento local como contextos de excelência da educação de adultos.* *A Rede para o Desenvolvimento Local*, Novembro, p.47.

Silva, Augusto Santos (1990). *Educação de Adultos. Educação para o Desenvolvimento.* Porto: Asa. SILVA, Augusto Santos (2002). *Dinâmicas Sociais do Nosso Tempo.* Porto: Ed. Universidade do Porto.